Inquérito internacional sobre reivindicações de arquivos deslocados

Relatório apresentado ao Grupo de Peritos sobre Património Arquivístico Partilhado do ICA - EGSAH

Apresentado por

María Cristina Betancur

Maio de 2024

Conteúdos

Agradecimentos 1
1. Introdução 2
2. Antecedentes 2
3. Metodologia 5
4. Resultados 7
4.1 Países que responderam ao inquérito 8
4.2 Inquéritos preenchidos 9
4.3.1 Costa Rica. 11
4.3.2 Porto Rico. 11
5. Uma reflexão sobre os arquivos deslocados na América Latina 12
6. Em jeito de conclusão 19
7. Recomendações 21
7.1 Trabalho pedagógico e de divulgação. 22
7.2 Debate académico e profissional com o suporte do ICA 22
7.3 Conceção de um novo inquérito. 22
Referências 23

Agradecimentos

A realização deste inquérito foi possível graças ao acompanhamento de muitas pessoas. Gostaria de agradecer ao Professor James Lowry por considerar a possibilidade de realizar o inquérito na América Latina, fornecendo-me todas as informações sobre o inquérito realizado em 2017/2018 e estabelecendo as ligações com o Grupo de Peritos para o Património Arquivístico Partilhado, EGSAH, na sigla em inglês. Ao Njörður Sigurðsson, coordenador do EGSAH, por aceitar a proposta e facilitar a realização do inquérito por intermédio do ICA. À Doutora Mercedes de Vega, pelo seu acompanhamento desde o início do trabalho, a revisão do formulário, bem como pelo apoio na fase piloto e no colóquio de divulgação. À Professora Cinthia Aparecida Chagas e ao Professor Adalson de Oliveira Nascimento, da Universidade Federal de Minas Gerais, pela tradução e revisão do formulário para português. Também a Marco Enríquez, secretário executivo da Associação Latino-Americana de Arquivos, ALA, pela sua disponibilidade, pelo acompanhamento e pela divulgação da iniciativa, assim como pelo apoio na realização do colóquio de divulgação. A Laureano de Macedo, membro do EGSAH, pelo acompanhamento na aplicação do inquérito, pela participação no colóquio de divulgação e pela revisão final deste relatório. Um agradecimento à Marianne Deraze e à Maria Paula Garcia Mosquera, do ICA, por todo o apoio com a plataforma e a divulgação do inquérito.

Quero expressar o meu agradecimento aos Professores Doutores Carlos Guardado da Silva e Luís Corujo, do Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, pela tradução deste relatório para português e inglês a partir do espanhol, financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00019/2020 (https://doi.org/10.54499/UIDB/00019/2020).

1. Introdução

Este relatório apresenta os dados resultantes do inquérito sobre reivindicações de arquivos deslocados na América Latina realizado pelo EGSAH. Para isso, são apresentados alguns antecedentes, a metodologia utilizada para a adaptação do inquérito e a sua aplicação na América Latina. São apresentados os resultados relacionados com os acessos ao inquérito, os formulários preenchidos e o número reduzido de respostas válidas. Segue-se uma reflexão sobre os arquivos deslocados na América Latina, que relaciona o nível de respostas recebidas com o contexto histórico da região, e finaliza com recomendações para abordar o tema, com o objetivo de projetar um futuro novo inquérito.

2. Antecedentes

Desde o final da década de 1990, foram realizados, a nível internacional, inquéritos que procuravam recolher dados sobre reivindicações relacionadas com arquivos, litígios envolvendo arquivos ou documentos arquivísticos, e o reconhecimento do que tem sido designado como "arquivos migrados" ou "arquivos deslocados". Inicialmente, o foco colocava-se nos Estados e os seus arquivos nacionais. No entanto, a investigação académica sobre o tema e o reconhecimento de uma diversidade de causas adicionais ampliaram o alcance do inquérito, incluindo entidades privadas, povos originários, governos subnacionais, entre outros (Lowry, 2020).

Foram realizados três estudos no contexto internacional: o primeiro, em 1961, conduzido por Robert-Henri Bautier (Bautier, 1963); o segundo, entre 1997-1998, liderado por Leopold Auer; e o terceiro, entre 2017-2018, coordenado por James Lowry para o grupo EGSAH do ICA. Embora esses estudos tenham sido aplicados a nível internacional, não foi reportada informação proveniente da América Latina (Lowry, 2020) [1]. Outros trabalhos promovidos pelo

[1] É importante mencionar que, no inquérito realizado entre 2017-2018, apenas dois países do continente americano preencheram o inquérito: Jamaica e Trinidad e Tobago (Lowry, 2020). Sobre este tema em particular, pode consultar-se os trabalhos de Bastian (2001, 2003). Além disso, vale a pena destacar que o único caso conhecido de restituição de arquivos coloniais em países da América do Sul foi o de Suriname, realizado pelos Países Baixos (Dijk e Fooh, 2022).

ICA e pela UNESCO também abordaram o tema a nível global. Destacam-se o estudo de Kecskeméti (1977), que oferece um quadro de referência para as reivindicações sobre arquivos entre Estados, e os do ICA (1998, 2005), que discutem a interdependência dos arquivos, reunindo uma série de documentos sobre a restituição de arquivos e as respetivas reivindicações.

Diversas poderiam ser as causas para que esses inquéritos não tenham sido respondidos na nossa região. Poder-se-ia destacar duas em particular. Uma delas pode ter sido o facto de que ambos os inquéritos foram realizados em inglês, enquanto a América Latina é uma região de língua espanhola e portuguesa, onde o domínio fluente do inglês não é generalizado, e onde a comunidade arquivística, composta principalmente por profissionais que trabalham nos arquivos, não possui competência em uma segunda língua[2].

A outra causa está relacionada com a falta de reconhecimento. No entanto, este fenómeno é mais notório na América de língua espanhola, pois no Brasil há casos amplamente reconhecidos como exemplos de arquivos deslocados, sobre os quais já foram realizados estudos. Como expressa Laureano de Macedo: "um dos primeiros enfoques sobre o fenómeno foi o caso subnacional do Arquivo Municipal de Ouro Preto e do Arquivo Histórico Mineiro, cujo simpósio ('I Simpósio Nacional de Políticas Arquivísticas – Acesso, Jurisdição e Domicílio Legal de Documentos') foi realizado em 1996. O conceito de "arquivo deslocado" encontra-se no dicionário: Camargo, A. M. de A., & Bellotto, H. L. (Eds.). (1996). *Dicionário de Terminologia Arquivística. Associação dos Arquivistas Brasileiros*, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, p. 6." Por sua vez, ele menciona que, por exemplo, no I Simpósio Nacional de Políticas Arquivísticas – *Acesso, Jurisdição e Domicílio Legal de Documentos*, discutindo o caso do Arquivo Municipal de Ouro Preto e do Arquivo Histórico Mineiro, não se abordava sobre "arquivo deslocado", mas sim numa forma de restituição denominada "domiciliação legal do documento", conceito e termo único (ou seja, não utilizado em Portugal) no Brasil (Laureano de Macedo, comunicação pessoal, 23 de maio de 2024).

[2] Essa realidade tem vindo a mudar nos últimos anos devido à ampliação da formação universitária e pós-graduada em Arquivística, que exige níveis básicos de conhecimento de uma segunda língua, e ao facto de existir uma comunidade académica dedicada à investigação e publicação, uma atividade que requer, pelo menos, competência de leitura em inglês.

Neste sentido, é importante enfatizar alguns elementos relacionados com a tradição arquivística e o contexto histórico da nossa região. A tradição arquivística dominante na América Latina é de cariz clássico e tradicional, sendo que, nesta tradição, prevalece o arquivo estatal, onde, desde meados do século XX, se atribui uma grande importância à função administrativa, relacionada com a gestão documental. Sob esta perspetiva, a arquivística tende a estar associada aos processos técnicos de tratamento documental, tanto analógicos como digitais, e, frequentemente, deixa-se de lado a reflexão sobre as dimensões políticas, sociais e culturais da atividade arquivística. Esta realidade reflete-se igualmente nos processos formativos, que, na maioria dos casos, se orientam para a prática, sem desenvolverem atividades de investigação.

Isto contrasta, paradoxalmente, com um contexto histórico em que os arquivos, assim como em muitas outras partes do mundo, estiveram no centro de processos de descolonização, conflitos internos, guerras, secessões de Estados, irredentismos, migrações, entre muitos outros, nos quais os arquivos foram claramente deslocados. Ainda assim, na última década, motivados por este mesmo contexto de transformação política e social, na região veem-se mudanças significativas na forma de conceber os arquivos, o papel dos arquivistas, a formação e a investigação na área, que aprofundam a relação entre os arquivos e o exercício do poder, a justiça social, os direitos humanos, entre outros, e que partem do pensamento arquivístico contemporâneo, que questiona a objetividade dos documentos, a neutralidade dos arquivistas e procura reformular os princípios teóricos tradicionais, reconhecendo a diversidade e pluralidade do trabalho arquivístico (Betancur, 2021, 2022; Blanco-Rivera et al., 2020; Carnevale, 2019; Da Silva Catela, 2002; Giraldo, 2022; Osorio, 2022).

Neste último sentido, a questão dos arquivos deslocados na América Latina, que parte de novas questões sobre a história dos nossos arquivos e a atividade arquivística, surgiu como uma possibilidade, em primeiro lugar, para assumir uma realidade existente, mas não reconhecida, e em segundo lugar, como uma forma de colocar no cenário internacional os assuntos e problemas que os arquivos enfrentam na América Latina, a partir das suas particularidades regionais.

3. Metodologia

O inquérito sobre reivindicações de arquivos deslocados na América Latina foi realizado a partir do formulário utilizado no inquérito de 2017/2018 do Grupo EGSAH, liderado por James Lowry. O formulário de perguntas foi traduzido para o espanhol e para o português, com o objetivo de ser aplicado em todos os países da região que utilizam esses dois idiomas como língua principal.

Embora o inquérito original tivesse um carácter internacional, estava desenhado com base numa conceção anglo-saxónica dos arquivos, tinha em conta acontecimentos relacionados com o contexto europeu, e desconhecia alguns aspetos do contexto latino-americano. Por exemplo, na pergunta 3 do formulário original, sobre a origem da reivindicação, incluía-se a II Guerra Mundial, um facto que não teve uma incidência direta no deslocamento de arquivos na América Latina, tendo esse aspeto sido removido do formulário em espanhol e português. Por sua vez, na mesma pergunta, a par da descolonização, foi incluído o termo "independência", uma vez que esses processos, no século XIX, deram origem a acontecimentos que provocaram o deslocamento de arquivos.

Outro aspeto que foi normalizado foi o uso do termo "arquivo", tanto para denotar os acervos documentais públicos e privados, como os administrativos e históricos. Um termo que, na América Latina, abrange todas as opções anteriores (Betancur, 2022) e que não tem variações como "private papers". Também, no caso da pergunta 6.2, opção d., sobre a preparação de um documento legal que incluísse a participação de organizações internacionais ou regionais, na versão original, eram incluídas entidades internacionais da Europa, África e Ásia, e apenas contemplava a Organização dos Estados Americanos (OEA). Por esta razão, foram incluídos o Mercado Comum do Sul (MERCOSUR) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Para o caso do inquérito em espanhol, o formulário foi traduzido e revisto com o apoio da Doutora Mercedes de Vega, historiadora mexicana com vasta experiência no âmbito dos arquivos e que participou no grupo EGSAH. No caso do inquérito em português, o formulário em espanhol foi traduzido, revisto e adaptado ao contexto brasileiro pelos professores de

arquivística, Cinthia Aparecida Chagas e Adalson de Oliveira Nascimento, ambos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no Brasil.

Por sua vez, tentou-se realizar um pré-teste do inquérito. O formulário foi enviado a partir do correio eletrónico da Associação Latino-Americana de Arquivos para indivíduos do México, Brasil, Argentina e Colômbia, relacionados com os arquivos, com percurso académica e envolvimento com o tema. No entanto, apenas foi obtida uma resposta, que não indicou observações nem sugestões ao formulário.

Ambas as versões foram apresentadas ao grupo de peritos EGSAH, onde foram aprovadas para a sua aplicação. Após a finalização dos formulários, o coordenador do EGSAH, Njörður Sigurðsson, acordou com o secretariado do ICA que o inquérito seria realizado com o *software* disponibilizado para esse fim pela entidade, e foi acordado o seguinte cronograma de trabalhos:

Aplicação do inquérito: de 12 de janeiro a 10 de março de 2024
Entrega dos resultados: 12 de março de 2024
Preparação do relatório: março-junho de 2024

O formulário foi apresentado com um convite para preenchê-lo, que incluiu uma definição breve sobre arquivos deslocados, uma explicação sobre os motivos do inquérito, as entidades promotoras e alguns antecedentes breves, tanto na versão em espanhol como em português. (Anexo 1)

O inquérito foi divulgado nas redes sociais da ALA, enquanto o ICA o difundiu nas suas redes sociais, página *web*, no boletim de notícias e foi enviado por correio, em diversas ocasiões, aos membros do Conselho. Além disso, o coordenador do EGSAH partilhou-o com a coordenadora do *Forum of National Archivists* (ICA/FAN) para que fosse enviado aos diretores de arquivos nacionais da América Latina. Também foi partilhado no grupo de História da Arquivística Ibero-Americana, GTHAI da ALA, composto por aproximadamente 40 representantes de toda a América Latina, Espanha e Portugal, bem como uma série de contactos académicos da

Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica e Paraguai, que o divulgaram nas suas redes académicas.

Além disso, preparou-se e realizou-se uma mesa redonda virtual sobre arquivos deslocados. O objetivo foi apresentar à comunidade arquivística latino-americana alguns aspetos conceptuais sobre os arquivos deslocados e mostrar alguns exemplos e possíveis cenários sobre o tema na América Latina. A mesa redonda contou com o apoio da ALA e do ICA, tanto a nível técnico como na divulgação. Participaram como convidados a doutora Mercedes de Vega e Laureano de Macedo, e a moderação esteve a cargo da autora deste texto. O evento foi transmitido pelo *Facebook Live* e contou com a participação de aproximadamente 30 pessoas de diversos países da América Latina e, no momento da preparação deste relatório, já contava com cerca de 400 visualizações[3]. Vale a pena destacar que foi o primeiro evento de divulgação a abordar este tema na região.

O relatório dos inquéritos preenchidos, entregue pelo ICA, incluiu três ficheiros: uma tabela em *Excel* com todas as respostas. Adicionalmente, foram incluídos dois ficheiros em PDF, um com todos os registos de entrada no inquérito e outro com os formulários preenchidos de forma completa (Anexo 2).

4. Resultados

O inquérito contou, no total, com 303 registos, dos quais 282 foram em espanhol e 21 em português. Este dado não permite saber se cada entrada corresponde a uma pessoa diferente que tentou preencher o inquérito ou se houve múltiplas tentativas pela mesma pessoa. No entanto, o dado por si só permite inferir que o inquérito foi adequadamente divulgado e teve uma boa aceitação, o que levou um número significativo de pessoas a tentar preenchê-lo. Mesmo assim, o facto de as tentativas não coincidirem com registos completos preenchidos pode indicar que os participantes não tinham a noção sobre o que é um arquivo deslocado ou sobre o propósito do inquérito. Também vale a pena questionar o nível de participação no

[3] A mesa redonda pode ser vista em https://www.facebook.com/ArchivosALA/?locale=es_LA.

inquérito em português, que foi baixo, em relação à importante comunidade arquivística existente no Brasil. Embora não seja possível determinar as causas, estes resultados exigem uma reflexão sobre futuras estratégias de divulgação junto dessa comunidade.

A outra possibilidade pode dever-se a dificuldades com o formulário. Relativamente a este último aspeto, é importante ter em conta, como foi indicado na metodologia, que o inquérito em espanhol e português corresponde ao formulário utilizado no inquérito internacional de 2017/2018. Este inquérito foi concebido com foco na existência de reivindicações, tanto oficiais como não oficiais, em contextos nos quais havia já reclamações, particularmente em África e Ásia, e na maior parte dos casos, em processos de descolonização, onde o deslocamento de arquivos foi reconhecido. Na América Latina, para além da falta de reconhecimento do fenómeno, aparentemente não existem muitos antecedentes de reivindicações relacionadas com o deslocamento de arquivos, como será abordado mais adiante.

A partir dessa realidade, algumas pessoas que tentaram preencher o formulário relataram que ele não era intuitivo, sendo mais direcionado às instituições e não refletindo a sua conceção do que seria o "deslocamento de arquivos". Essa dificuldade é corroborada por algumas respostas completas, nas quais os participantes não se concentraram numa reclamação específica, mas tentaram apenas expressar a sua opinião sobre o tema. Além disso, como destaca Laureano de Macedo, é importante sublinhar que "o inquérito não foi concebido para contemplar casos de patrimónios arquivísticos partilhados, o que impossibilita a visibilidade de casos de sucesso na região. Por exemplo, o *Projeto Resgate Barão do Rio Branco* (https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/projeto-resgate) e a *COLUSO – Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Património Documental* (https://www.gov.br/conarq/pt-br/conexoes/coluso/a-coluso), apenas para mencionar alguns." (Laureano de Macedo, Comunicação Pessoal, 23 de junho de 2023).

4.1 Países que responderam ao inquérito

Segundo a Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a América Latina é composta por 33 países (Cepal, 2024). Destes 33 países, nove preencheram o questionário: Brasil, Colômbia, Chile, Costa Rica, Honduras, México, Nicarágua, Porto Rico, República Dominicana. Adicionalmente, foram encontrados dois registos provenientes de Espanha (Lleida e Madrid). Dois registos não indicaram claramente o país. Vale a pena questionar a falta de participação de países ativos na cena arquivística regional, como Argentina, Peru, Bolívia, Equador, entre outros.

4.2 Inquéritos preenchidos

Das 303 entradas, apenas 21 completaram o inquérito por inteiro, sendo que duas corresponderam a testes. Destas, 17 tentaram responder ao questionário, mas sem fornecer informações sobre reclamações específicas, aparentemente porque entenderam que o objetivo do inquérito consistia em oferecer uma opinião sobre os arquivos deslocados.

Dos 21 registos completos, apenas cinco foram preenchidos com o objetivo de fornecer informações sobre reivindicações de arquivos deslocados.

Dois desses cinco registos não correspondem a arquivos deslocados no sentido em que o inquérito os definiu. O primeiro, realizado pela *Fundación Cineteca Pública* (Santander - Colômbia), solicita à *British Broadcasting Corporation* (BBC) a disponibilização de imagens relacionadas a eventos do Conflito Interno da Colômbia, tiradas na cidade de Barrancabermeja na década de 1990. No entanto, essas imagens são propriedade da BBC e estão disponíveis para venda. De acordo com as informações fornecidas, trata-se de um caso de propriedade intelectual e não de documentos produzidos por entidades colombianas que foram deslocados.

O outro registo foi feito pelo CEO da empresa *Ilirothrak*, de origem albanesa, uma organização privada dedicada ao resgate da história albanesa, livros raros e documentos de arquivo de figuras públicas. No inquérito, a empresa oferece ao ICA documentos do intelectual albanês Isuf Luzaj, que foi professor na Argentina durante a primeira metade do século XX. O fundo documental inclui correspondência que Luzaj manteve com personalidades associadas aos

movimentos de esquerda da América Latina no século XX. Embora mencione negociações com arquivos na Argentina, não ficou claro o objeto dessas negociações, uma vez que não se trata de um arquivo deslocado.

O terceiro registo refere-se a arquivos deslocados, mas não está relacionado com uma reclamação formal. O inquérito foi preenchido pela diretora da empresa PAPYRUS TECHNOLOGIC SRL, que oferece serviços de gestão documental na República Dominicana e no Haiti. Durante a aplicação de projetos de recuperação de arquivos, a empresa identificou documentos pertencentes ao fundo *Estado Civil Gobernanza 1492-1844*, do Arquivo Geral da República Dominicana, encontrados no Haiti. Não foi indicado o local ou a entidade onde os documentos se encontram. Estes documentos foram identificados no contexto de um projeto de recuperação de arquivos haitianos. Além disso, a diretora mencionou a existência de documentos da República Dominicana em Espanha e em Cuba, mas não forneceu detalhes adicionais sobre esses arquivos nem as entidades que os detêm.

A proximidade entre a República Dominicana e o Haiti, a história partilhada durante o período colonial, a invasão do Haiti à República Dominicana em 1822, após a independência, e as várias intervenções norte-americanas ao longo do século XX poderão ter levado ao deslocamento de arquivos entre os dois países.

Vale a pena salientar que este relatório é fornecido por uma entidade privada que oferece serviços de gestão documental. Na América Latina, assim como em muitas outras partes do mundo, a gestão documental e a recuperação de arquivos públicos acumulados ao longo do tempo são frequentemente externalizadas para entidades, muitas vezes privadas, devido à escassez de pessoal qualificado nos arquivos públicos. Por essa razão, essas entidades privadas tendem a deter mais informações sobre os fundos intervencionados do que as próprias instituições públicas.

Somente dois registos indicam uma reclamação concreta. O primeiro refere-se a um arquivo paroquial na Costa Rica e o segundo a documentos deslocados do Arquivo Geral de Porto Rico.

4.3.1 Costa Rica.

Documentos pertencentes a um arquivo privado localizados num arquivo público.

O Arquivo Histórico Arquidiocesano Monsenhor Bernardo Augusto Thiel, localizado em São José, Costa Rica, apresentou uma reclamação formal à Câmara Municipal de Alajuelita, referente a um livro da paróquia de Santo Cristo de Esquipulas, datado do início do século XX, atualmente em posse do arquivo municipal. Apesar da formalização do pedido, a Câmara Municipal não forneceu qualquer resposta à reclamação.

4.3.2 Porto Rico.

Documentos pertencentes a um arquivo público deslocados para outro arquivo público devido à guerra e à intervenção estrangeira.

O *Instituto de Cultura Puertorriqueña* e o Arquivo Geral de Porto Rico informam sobre uma reclamação formal feita junto ao *National Archives and Records Administration* (NARA) dos Estados Unidos, relativa a documentos transferidos na década de 1970. Embora Porto Rico seja considerado um país da América Latina, trata-se de um Estado Livre Associado aos Estados Unidos desde a Guerra Hispano-Americana de 1898, e os seus habitantes são cidadãos norte-americanos desde 1917. Essa relação de dependência resultou no deslocamento de arquivos.

Neste sentido, o inquérito informa que os documentos deslocados pertencem ao Fundo "Documentos de Washington", posteriormente denominado formalmente Fundo Governadores Espanhóis, organizado e descrito pelo pessoal do *National Archives and Records Administration* (NARA), e identificado como "Records Spanish Governors of Puerto Rico (Record Group Number 186)", com datas extremas de 1747 a 1898, e um volume de 77,97 metros lineares, correspondentes à administração espanhola do atual Porto Rico[4].

[4] Existe um índice dos documentos em: https://www.icp.pr.gov/wp-content/uploads/2020/09/GE_RecGroup186.pdf

A reclamação surge porque, a partir do Arquivo Geral de Porto Rico, em resposta a solicitações de investigadores e historiadores, a Direção Executiva do Instituto de Cultura Porto-Riquenha solicitou a devolução dos documentos provenientes do Gabinete do Governador-Geral de Porto Rico durante o período do regime espanhol. Contudo, os documentos originais foram transferidos para os Estados Unidos no final da década de 1970. Embora tenha havido comunicação entre as entidades e o início de uma negociação bilateral, os documentos ainda não foram devolvidos. Apenas uma parte foi microfilmada, através de um trabalho realizado pelo NARA e pelo *Family Search*. O processo de transferência dos originais e das cópias encontra-se em curso, embora se informe que já foi entregue, parcialmente, uma parte dos originais.

No entanto, sendo um património documental de Porto Rico e essencial para a consulta dos investigadores da Ilha, considera-se necessário adotar medidas bilaterais, a participação de organismos como a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) e a UNESCO, bem como a produção de cópias e a elaboração de instrumentos de acesso à informação, até que seja alcançado um acordo definitivo.

5. Uma reflexão sobre os arquivos deslocados na América Latina[5]

Vale a pena refletir sobre o facto de a pesquisa ter obtido tão poucas respostas completas, considerando que foi devidamente divulgada. Poder-se-ia considerar que não existem muitos casos de arquivos deslocados na região. No entanto, alguns aspetos relacionados, tanto com as tradições arquivísticas na América Latina, como com a compreensão do fenómeno e o contexto histórico, permitem inferir que a realidade é outra e que o tema deve ser abordado de forma diferente, de modo a explorar essa situação.

[5] Este capítulo tem como propósito propor uma reflexão sobre os arquivos deslocados na América Latina. Os contextos apresentados não afirmam, de forma conclusiva, o deslocamento de arquivos concretos, dado que se trata de um tema que, sem dúvida, requer investigação mais aprofundada. Os dados aqui expostos não resultam de um estudo sistemático realizado em toda a América Latina sobre esta matéria. Ainda assim, o objetivo deste parágrafo é o de abrir a discussão em torno dos arquivos deslocados numa região onde o tema permanece, em grande medida, inexplorado.

Os silêncios deixados pela pesquisa podem dever-se a vários fatores. O primeiro relacionado com a compreensão do conceito "arquivos deslocados", que parece ser novo na comunidade arquivística da América Latina. Ou seja, não é amplamente reconhecido como uma categoria própria da atividade arquivística e como uma realidade do contexto latino-americano. Além disso, embora existam casos em que o deslocamento de arquivos privados seja denunciado publicamente, não está claro quem possui a autoridade para formalizar reivindicações oficiais para a sua devolução[6]. Ainda assim, prevalece, em outros casos, o desconhecimento desta realidade. Para aprofundar um pouco mais sobre este facto, gostaria de abordar a forma como os académicos definiram os arquivos deslocados e questioná-la à luz de alguns aspetos do contexto histórico latino-americano.

De acordo com Lowry (2017, p. 17), os arquivos deslocados são aqueles que foram transferidos do local onde foram criados, transferências que são legitimadas publicamente por "Estados, regimes ou grupos de exilados e não por indivíduos." No entanto, como o próprio autor esclarece, a forma de entender essa realidade arquivística varia conforme o contexto. De acordo com Macedo (2021, p. 1):

> "A restituição de bens culturais removidos às comunidades originárias constitui um tema atual e controverso, que divide sociedades, instituições e o meio académico e/ou profissional. As causas deste fenómeno podem ser diversas. Podem ter ocorrido em contexto de conflito armado, de migrações forçadas, de processos secessionistas ou de descolonização (com consequências na reorganização político-administrativa do território nascituro) ou de decisões *ope legis* emanadas pelo poder central do Estado, concretizado de forma repressiva ou no recato burocrático das organizações. Trata-se de um fenómeno que pode ocorrer tanto em contexto internacional como subnacional"

Tendo em conta esta definição, a interpretação dos arquivos deslocados está intimamente ligada ao contexto específico de cada caso e não está isenta de controvérsias. Neste sentido, os exemplos de arquivos deslocados são bastante diversos. Por exemplo, têm sido considerados como tal os casos ocorridos em contextos de descolonização, mesmo quando as entidades produtoras procederam à sua transferência com base na legalidade da sua propriedade, como

[6] Segundo Laureano de Macedo, no caso do Brasil: "há reclamações de indivíduos e instituições amplamente divulgadas nos jornais brasileiros sobre a saída de fundos de arquivos privados de importantes arquitetos brasileiros para Portugal (mais especificamente para a Casa da Arquitetura, em Matosinhos), especialmente no caso do fundo Lucio Costa (https://noticias.r7.com/brasilia/arquivo-publico-quer-transferir-acervo-de-lucio-costa-para-brasilia-25102021/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTEAAR3Toeztxq30EAo0BTQt6iIhJ-HWjQQv5b0_8UobyzeXUJE52qtAQn4Cn1I_aem_AdAUgykMn8z6MQuTNdA0VpregsNVXHT7eZ7amVAXxTMg5IVNWgIU65wF3mmCkwN-oUFMEh-ncXVTTPCQpoEsncKV) e outros arquitetos (https://www.publico.pt/2020/09/10/culturaipsilon/noticia/arquitectos-brasileiros-criticam-doacao-acervo-paulo-mendes-rocha-portugal-1931062). (Comunicação pessoal, 23 de maio de 2024)".

sucedeu com o Reino Unido no processo de descolonização em África (Lowry, 2017). Do mesmo modo, têm sido reconhecidos como arquivos deslocados certos acervos privados legalmente transferidos para outras localidades: "são comuns os casos de arquivos de personalidades das artes, da literatura, da política, entre outras, que foram adquiridos por entidades culturais norte-americanas e europeias" (Macedo, 2024).

Assim, os arquivos deslocados não correspondem a uma única definição nem a uma única interpretação, e cada caso tem permitido pôr em causa as visões tradicionais da Arquivística. Ainda que o estudo dos arquivos deslocados diga respeito à determinação do tipo de deslocação física dos documentos, o centro do debate adquire uma grande profundidade, pois o deslocamento desses documentos impede que as comunidades retratadas neles, bem como as gerações posteriores, tenham um acesso direto, efectivo e digno à informação que dá conta da sua identidade.

O termo "deslocamento" na América Latina é amplamente utilizado e está associado ao deslocamento forçado de pessoas em contextos de conflito, nos quais são obrigadas a abandonar os seus lares para escapar da violência e das violações de direitos humanos. Os casos mais dramáticos encontram-se na Colômbia, Venezuela, América Central, Nicarágua e Haiti. A estes casos específicos somam-se os movimentos migratórios de pessoas da América Latina, bem como da Ásia e da África, que atravessam o continente em direção aos Estados Unidos (ACNUR, 2023).

Embora o termo seja amplamente reconhecido no quotidiano, a comunidade arquivística na América Latina não o associou ao deslocamento de arquivos nos sentidos propostos por Lowry e Macedo, como fizeram académicos e arquivistas em outras partes do mundo. Isto resulta paradoxal, especialmente se comparado com certos momentos históricos que evidenciam processos desse tipo. Como exemplo, gostaria de destacar alguns factos que podem ajudar a ilustrar essa situação.

O primeiro exemplo remonta ao processo de conquista e colonização espanhola e portuguesa na América Central e do Sul. Desde finais do século XV e após o que a historiografia denominou de Conquista, as administrações peninsulares estabeleceram-se nos territórios

americanos, criando uma rede complexa de entidades administrativas para controlar as colónias. Dentro deste sistema burocrático, os arquivos desempenharam um papel crucial.

É importante esclarecer que, durante o período de dominação espanhola, não existiram políticas de transferência documental, nem uma política de deslocação de arquivos entre as entidades administrativas na América, como os vice-reinados, as audiências ou os cabidos, entre outros, e o Arquivo de Simancas ou o Arquivo Geral das Índias. Os arquivos locais, em grande parte, permaneceram nos seus locais de origem. Nas palavras de Morán (2025): "É significativo o volume de documentos que se conservam nos arquivos nacionais da América Latina, por exemplo: 'O Arquivo Geral da Nação do México guarda 4.651 metros lineares de documentos produzidos antes da Independência. No caso do Arquivo Geral da Nação do Peru, o número é de 1.846 metros lineares. No ABN da Bolívia há 250 metros lineares. No Arquivo Geral da Nação da Argentina, referem-se 3.193 maços na Secção Contabilidade e 3.951 maços na Secção Governo para o período em questão. Os fundos da época espanhola no Arquivo Geral da Nação da Colômbia somam um total de 2.676 maços" (p. 5).

A Coroa instaurou uma política de centralização documental na Península Ibérica, assegurando que todas as ações em território ultramarino ficassem registadas nos arquivos de Espanha e de Portugal. Como resultado, nos vice-reinados americanos, não existia um arquivo de grande escala, como o Arquivo Geral das Índias, criado em 1785, e o órgão da administração régia portuguesa, o Conselho Ultramarino, criado em 1642. Essa política, típica de um império colonial, garantiu o controlo sobre a informação produzida a partir do centro do império, não apenas durante os séculos de dominação espanhola e portuguesa, mas também até os dias de hoje, em que ainda dependemos dos arquivos espanhóis e portugueses para esclarecer muitos eventos da nossa própria história[7].

Para além da burocracia administrativa, os fundos eclesiásticos desempenharam um papel fundamental durante o período colonial. Documentos de ordens religiosas, como os jesuítas, e os arquivos de diversos tribunais da Inquisição nas terras americanas, encontram-se atualmente em instituições como o Arquivo Histórico Nacional de Madrid, o Arquivo dos Jesuítas de

[7] Nota do tradutor: no caso de Portugal e Brasil, veja-se o *Projeto Resgate* em http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate&pagfis.

Alcalá de Henares e o Arquivo de Toledo (Tovar, 2009). Situações semelhantes ocorreram no Brasil[8]. No entanto, como explica Morán (2025), "no que diz respeito aos documentos dos jesuítas provenientes das casas e missões da América que se encontram sob a guarda do Arquivo Histórico Nacional, estes têm origem numa doação particular realizada em 1872 por Francisco Javier Bravo. Os arquivos nacionais do Chile, Argentina, México, Paraguai, Colômbia e Equador conservam um volume importante de documentos dos jesuítas" (p. 4).

Mas afirmar que não houve políticas de deslocação de arquivos não significa que esses casos não tenham ocorrido. A relação entre as funções de uma entidade, o seu cumprimento e o registo que permanece nos arquivos não é assim tão linear. O Arquivo Geral das Índias não guarda apenas os documentos enviados para a América por entidades centrais como o Conselho das Índias ou a Casa de Contratação, mas também muitos documentos enviados a partir da América, resultantes de consultas, processos administrativos, visitas de funcionários, entre muitos outros casos, e que nem sempre têm correspondência nos arquivos locais (Tovar, 2009). Neste sentido, ganha relevância a proposta de Ann Stoler (2010), segundo a qual os arquivos coloniais devem ser "lidos a contrapelo" para se compreender o que está dito, o que não está, e as relações de poder que neles se desenham no que respeita ao controlo da informação.

Posteriormente, no século XIX, durante as guerras de independência, enquanto o poder espanhol ainda exercia influência sobre os territórios coloniais, muitos documentos relacionados com os processos de "reconquista" ou "pacificação" – empreendimentos nos quais os espanhóis tentaram recuperar o controlo das colónias – foram transferidos para Espanha. Entre esses documentos, destacam-se os arquivos do Museu Naval, da Real Academia da História e do Arquivo Histórico Nacional de Madrid, que preservam registos

[8] Nota do tradutor: a Coroa portuguesa criou o Conselho Ultramarino por Decreto de 14 de julho de 1642 (Silva, José Justino de Andrade e (1856) *Colecção Cronológica da Legislação Portuguesa 1640-1647*. Lisboa. Imprensa de F.X. de Souza, pp. 151-154). O Regulamento desse Conselho, datado da mesma data, incluía normas de contabilidade e gestão documental. No entanto, os acontecimentos que permitiram a transferência da capital da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 provocaram o deslocamento dos arquivos da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, que retornaram a Lisboa, com exceções, em 1821, após o regresso do Rei João VI. Desde a segunda metade do século XIX, vários acordos bilaterais, tratados e protocolos de colaboração entre o Brasil e Portugal têm previsto o intercâmbio de documentos, bem como a salvaguarda e divulgação do património documental por meio de planos de microfilmagem e digitalização (Portugal. DGLAB. AHU. Fundo Conselho Ultramarino: https://digitarq.ahu.arquivos.pt/details?id=1119329; Brasil. Fundação Biblioteca Nacional. Projeto Resgate Barão do Rio Branco: https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/projeto-resgate).

sobre as campanhas dos generais Pascual Enrile Alcedo, Pablo Morillo e Pascual de La Torre (Tovar, 2009).[9]

Mas na América Latina, durante este período, também se verificaram deslocações internas de arquivos. Um exemplo disto é o caso da Colômbia. O arquivo do despacho do Vice-Reinado do Novo Reino de Granada, por exemplo, foi transferido, no início da revolução de independência em 1810, para o Panamá, local onde se instalou temporariamente a sede virreinal. Posteriormente, foi deslocado para cidades do território que corresponde atualmente à Colômbia: em 1813 para Santa Marta e, em 1816, para Cartagena. Quando teve início o processo de reconquista — também designado por pacificação — no qual o governo peninsular tentou retomar o controlo das colónias pela força, o arquivo foi levado de volta para Santa Fé, capital do Vice-Reinado, em 1818 (Gutiérrez, 2016). Mais tarde, foi abandonado durante a fuga empreendida pelas autoridades peninsulares em 1819, na sequência da vitória do exército libertador de Simón Bolívar. Além disso, durante a retirada, as autoridades espanholas derrotadas nas guerras de independência transferiram numerosos documentos, como a correspondência das autoridades virreinais, que era enviada periodicamente para Cuba, um dos últimos bastiões espanhóis no ultramar (Gutiérrez, 2016). Muitos arquivos virreinais não foram levados para Espanha, pois tal não foi possível em contexto de guerra e perseguição. No entanto, a intenção imperial era retirar a maior quantidade possível de documentação.

Um dos poucos casos de reclamação conhecidos sobre o assunto, relativo ao caso colombiano, foi realizado pela Academia Colombiana de História, em 1902, por ocasião das celebrações do primeiro centenário da Independência. A academia solicitou, por via diplomática, à Espanha a devolução dos documentos referentes ao período da Independência entre 1810-1816, que foram levados para a Espanha pelo general Pablo Morillo durante o processo de reconquista (Academia Colombiana de Historia, 1902, p. 14-15). Essa solicitação, no entanto, ficou sem resposta e sem qualquer retorno por parte das autoridades espanholas. Dez anos depois, a solicitação ainda estava em trâmite e informava-se que não tinha sido ainda resolvida. Atualmente, não há vestígios desse pedido na chancelaria colombiana.

[9] "Os documentos relativos à campanha de Morillo correspondem, na realidade, ao Arquivo de Miguel de la Torre Pando, que sucedeu a Morillo no comando das tropas espanholas destacadas para a América. Este fundo documental conserva a correspondência oficial e privada mantida por Miguel de la Torre Pando com o seu antecessor no comando, Pablo Morillo, e com as autoridades militares, de fazenda, justiça, marinha, saúde, câmaras municipais e outros cargos administrativos. Este arquivo foi adquirido aos herdeiros de Miguel de la Torre Pando pelo Ministério da Educação Nacional de Espanha em 1951." (Morán, 2025, p. 4-5)

Como afirma Vega (8 de março de 2024), existe um desconhecimento, na América Latina, sobre a história dos arquivos. Nas suas palavras: “Não nos temos questionado sobre como certos acontecimentos históricos puderam provocar o deslocamento de arquivos.” A dissolução dos vice-reinados, as separações sistemáticas dos Estados no século XIX e a posterior criação de repúblicas, como por exemplo o Equador, a Venezuela, o Panamá, o Belize, entre outros, são contextos nos quais ocorreram este tipo de fenómenos. Este facto, aliado ao distanciamento temporal dos processos de colonização e descolonização em relação aos que tiveram lugar noutras regiões do mundo — onde a questão dos arquivos deslocados já tem sido abordada —, tem contribuído para que a comunidade arquivística latino-americana não se debruce sobre estes temas.

É importante reconhecer, no que diz respeito à relação entre arquivos espanhóis e latino-americanos, que desde o final do século XIX existe uma ligação que gerou cooperação em atividades como a expedição de cópias, a digitalização e, desde meados do século XX, apoio económico, formação de pessoal e financiamento de projetos, por meio de entidades como o Iberarchivos ou a Agência Espanhola de Cooperação Internacional.

Como afirma Moran (2025), existe uma "longa trajetória dos Arquivos Estatais de Espanha para facilitar o acesso a cópias digitais de documentos conservados nos arquivos espanhóis a outros países irmãos, que partilham o mencionado passado comum. Tal é o caso dos Memorandos de Entendimento que foram executados com a República Dominicana e com Porto Rico, para citar um exemplo dos últimos anos. Atualmente, está a ser impulsionado um Memorando para facilitar o acesso aos documentos da Audiência e Vice-Reinado de Santa Fé, que abrange os atuais limites geográficos da Colômbia, mas também de outros países vizinhos, fruto da cooperação bilateral com a Colômbia para a comemoração do quinto centenário da fundação das cidades de Santa Marta e Cartagena das Índias" (p. 5).

Mas é claro que o acesso aos arquivos espanhóis que contêm informações sobre a América Latina apresenta desafios que renovam, como menciona Zambrano (2008), os laços coloniais. Nem tudo está digitalizado e o acesso físico é complexo, o que implica viajar da América Latina para a Europa, realidades que não dependem exclusivamente dos arquivos mencionados, mas que evidenciam o poder simbólico e material das instituições que guardam

os documentos. Como afirma Bastian (2023), a tensão entre a custódia e o acesso está presente nas relações críticas entre documentos arquivísticos e comunidades. O controlo e poder de uma entidade sobre outra sugere que as forças do colonialismo ainda podem adotar muitas formas hoje em dia.

Por outro lado, é importante reconhecer outros contextos diferentes aos de descolonização na América Latina que podem ter dado origem a arquivos deslocados. No século XIX, por exemplo, foram estabelecidas na região repúblicas que tentaram manter as divisões territoriais que haviam seguido os antigos vice-reinados e cujos arquivos foram incluídos. Um exemplo disso foi a República Federal da América Central (1824), formada pelos atuais territórios da Guatemala, Honduras, El Salvador, Costa Rica e o Estado Mexicano de Chiapas, onde parte dos seus arquivos coloniais e alguns republicanos terminaram no Arquivo Geral da América Central[10], localizado na cidade da Guatemala, e que atualmente faz parte do patrimônio documental da Guatemala (Vega, 8 de março de 2024).

Por sua vez, no século XX, apenas para mencionar outros contextos, podem ser contados: os governos totalitários no Cone Sul e na América Central, diversos conflitos internos como o da Colômbia e as intervenções realizadas pelos EUA em países como Haiti, República Dominicana, Guatemala, México, Nicarágua e Panamá, que também podem ter provocado o deslocamento de arquivos a nível internacional e subnacional, histórias que ainda precisam ser investigadas no âmbito arquivístico. Tudo isso, sem contar as operações de entidades privadas como ordens religiosas e corporações multinacionais[11], que também causaram o deslocamento de arquivos.

6. Em jeito de conclusão

É difícil tirar conclusões a partir do número de respostas obtidas no inquérito realizado. No entanto, apesar de fornecerem poucos dados concretos sobre arquivos deslocados na América

[10] O Arquivo pode ser consultado em: https://ahgua.ufm.edu/agca/

[11] Como exemplo de arquivos deslocados de corporações multinacionais no Brasil, Laureano de Macedo apresenta o caso da: "restituição de arquivos eletrónicos deslocados na nuvem no caso Fernando Rosenthal vs. Apple Brasil (https://www.conjur.com.br/wp-content/uploads/2023/09/condenacao-apple.pdf)," casos que são mais comuns do que frequentemente se pensa. (L. S. Ascensão de Macedo, Comunicação Pessoal, 23 de maio de 2023)

Latina, os silêncios que este inquérito revela são bastante eloquentes. É um facto o desconhecimento da categoria "arquivos deslocados", tanto como conceito teórico quanto como acontecimento histórico. Como já foi mencionado, tanto as reivindicações oficiais existentes sobre arquivos deslocados quanto os estudos académicos e a sua divulgação ocorreram em contextos anglófonos e francófonos, sem que tenham sido estabelecidas pontes de divulgação com os países de língua hispânica e lusófona. Isto evidencia a pouca disseminação de novos conhecimentos arquivísticos na América Latina e, por sua vez, confirma a necessidade de um diálogo mais próximo com os arquivistas da região.

As diferentes tradições arquivísticas que convergem na América Latina têm, em grande parte, relegado as questões sobre a história dos arquivos para um segundo plano. Isto não significa que tais questões não existam, mas, de facto, elas não têm sido uma prioridade nas agendas de investigação académica nem nas metas institucionais. Entre as razões para este fenómeno, destaca-se um contexto que exige a aplicação das técnicas de tratamento documental, tanto no âmbito analógico como digital, para lidar com os problemas quotidianos dos arquivos. Este enfoque tem deixado de lado uma reflexão mais aprofundada sobre a relação entre os arquivos e os processos históricos, nos quais os documentos desempenharam um papel crucial no exercício do poder.

Neste mesmo contexto, a questão da língua desempenha um papel importante. Embora as barreiras de distância e de idioma sejam reais, cada vez mais, as tecnologias da informação e da comunicação, bem como os avanços da inteligência artificial contribuem para a possibilidade de nos comunicarmos de forma mais próxima. É um facto que o domínio do inglês permite que pessoas de diferentes línguas se comuniquem. No entanto, também é uma realidade que não se pode exigir às comunidades arquivísticas dos países em vias de desenvolvimento que possuam essas competências em uma língua estrangeira. Neste sentido, iniciativas como a do EGSAH de aplicar o inquérito numa língua diferente do inglês são pequenos passos para reconhecer as diferenças nas nossas tradições arquivísticas e procurar caminhos de encontro e comunicação que partam do reconhecimento da pluralidade.

A Arquivística, na perspetiva proposta por Caswell (2021), encontra-se numa profunda renovação a nível internacional. Os aspetos teóricos, técnicos, históricos e tecnológicos da profissão encontram-se agora interligados com questões de grande relevância

contemporânea, como a justiça social, os direitos humanos e as relações de poder. Ao mesmo tempo, aspetos que antes eram considerados imutáveis, como os princípios arquivísticos, os processos de descrição e os fundamentos da profissão estão a ser repensados, com o objetivo de moldar uma disciplina que reflita a pluralidade. Neste contexto, as questões relacionadas com arquivos deslocados vão além da simples constatação da transferência de documentos. Elas revelam um reconhecimento crítico de processos como a colonização, as independências, a construção das identidades nacionais e dos seus territórios, as intervenções estrangeiras, os conflitos e as ditaduras, entre muitos outros.

Neste sentido, os resultados obtidos por inquérito, ao serem contrastados com o contexto histórico da região, permitem inferir que é necessário abordar o tema com estratégias pedagógicas e de divulgação que contribuam para o seu conhecimento, tanto nos arquivos nacionais, nas comunidades arquivísticas públicas e privadas da região, como nos contextos académicos. Da mesma forma, é fundamental promover uma discussão académica e profissional, apoiada por instâncias internacionais como o ICA, que tenha a sensibilidade de abordar estas questões com a diplomacia necessária, mas que, ao mesmo tempo, reconheça publicamente que ainda há um trabalho a fazer. Por fim, é imprescindível a realização de uma nova prospeção, que não se concentre exclusivamente nas reivindicações oficiais, mas no reconhecimento do fenómeno e que permita, além disso, a identificação de casos de património arquivístico partilhado.

7. Recomendações

Conforme exposto, a falta de reconhecimento do fenómeno dos arquivos deslocados na América Latina exige ser abordada sob várias perspetivas. Está claro que a responsabilidade de o fazer não recai exclusivamente sobre o EGSAH nem sobre o ICA, mas o seu papel estratégico pode contribuir para a mobilização de vontades junto da ALA, dos arquivos nacionais e das comunidades académicas da região, para que esta questão possa ser tratada de forma eficaz. As recomendações apresentadas aqui têm como objetivo apenas sugerir caminhos possíveis para incluir a América Latina numa discussão global sobre o tema.

7.1 Trabalho pedagógico e de divulgação.

Um ponto de partida para o reconhecimento dos arquivos deslocados é a divulgação e a aproximação pedagógica. Um programa de seminários ou mesas redondas sobre o tema, com convidados internacionais (com possibilidade de tradução simultânea) e regionais que tragam contribuições em temáticas específicas, seria um caminho de ação. Esses seminários poderiam abordar aspetos teóricos e processos que foram determinantes no deslocamento de arquivos, como a colonização, a descolonização, a Independência, a Guerra, os governos totalitários, as operações privadas, entre outros.

Igualmente, a possibilidade de oferecer um curso ou seminário dirigido a docentes universitários da Arquivística pode contribuir para a divulgação do tema aos futuros arquivistas da região.

7.2 Debate académico e profissional com o suporte do ICA

Promover a discussão sobre os arquivos deslocados junto das instituições arquivísticas ibero-americanas é uma necessidade. Para tal, a possibilidade de divulgar o relatório perante o ICA/FAN pode contribuir para este objetivo. Da mesma forma, a divulgação do tema em eventos internacionais e regionais permitiria colocar o assunto nas agendas dos arquivos nacionais latino-americanos.

7.3 Conceção de um novo inquérito.

Uma vez realizados os trabalhos de divulgação sobre o tema, pode-se avançar na conceção e aplicação de um novo inquérito que procure identificar a relação que se estabelece na América Latina com o conceito de arquivos deslocados e que, talvez, possa ser focado em públicos específicos, ajudando a identificar casos concretos que não estão necessariamente ligados às reivindicações oficiais, além de considerar técnicas adequadas para cada comunidade arquivística particular.

Referências

Academia Colombiana de Historia (1902) "Acta de *la Academia* Colombiana de Historia 15 de julho de 1902". *Boletín de Historia y Antigüedades*. Academia Colombiana de Historia, Ano I, no. 1, p. 14-15.

ACNUR (2023) "Informe: Necesidades críticas en las Américas". https://www.acnur.org/media/acnur-necesidades-criticas-en-las-americas-agosto-2023-pdf

Bastian, J. (2003) *Owning memory: How a Caribbean community lost its archives and found its history (Contributions in Librarianship and Information Science).* Libraries Unlimited

Bastian, J. (2001) A Question of Custody: The Colonial Archives of the United States Virgin Islands. *The American Archivist*, 64(1), 96–114. https://doi.org/10.17723/aarc.64.1.h6k872252u2gr377.

Bastian, J. (2023) Foreword. Lowry, J. (ed.). *Disputed Archival Heritage*. Routledge. https://www.taylorfrancis.com/books/oa-edit/10.4324/9781003057765/disputed-archival-heritage-james-lowry?_gl=1*z3bgeh*_gcl_au*MTU4MDIzMzUwOS4xNzQzMjYzMzAz*_ga*OTAxNjUyNDI3LjE3NDMyNjMzMDQ.*_ga_0HYE8YG0M6*MTc0MzI2MzMwMy4xLjAuMTc0MzI2MzMwMy42MC4wLjA.

Bautier. H. (1963) Les Archives et le Droit International. *Les Archives dans la Vie Internationale: Actes de la Sixième Conférence Internationale de la Table Ronde des Archives* [Warsaw,1961]. Direction des Archives de France, 1963, pp. 11–56.

Betancur, M. C. (2022) Archival traditions in Latin America. *Archival Science* 22, 483–500. https://doi.org/10.1007/s10502-022-09393-4

Betancur, M. C., Jaramillo O. (2021) Propuesta de definición de la Archivística desde un análisis bibliográfico y contextual. *Revista General de Información y Documentación*. *31* (1): 457-47. doi: https://doi.org/10.5209/rgid.76975

Blanco Rivera, J. A., Fraticelli Rodríguez, I., & Ramos, M. (2020) Documentando lo espontáneo: Las protestas #RickyRenuncia. *Archidata: Boletín de La Red de Archivos de Puerto Rico*, 18(1), 13–17. https://archiredpr.files.wordpress.com/2020/11/archidata2020.pdf

Carnevale, G. (2019) El archivo como una ecología de saberes. Carvajal, F. *et al*., (ed.) *Archivos del Común III. ¿Archivos inapropiables?*. Red de Conceptualismos del Sur. https://redcsur.net/2022/10/31/descargar-archivos-del-comun-iii-archivos-inapropiables/

Caswell, M. (2021) *Urgent Archives*. Routledge. https://doi.org/10.4324/9781003001355

CEPAL (2024) "Estados Miembros" https://www.cepal.org/es/acerca/estados-miembros#:~:text=Los%2033%20pa%C3%ADses%20de%20Am%C3%A9rica,y%20culturales%20con%20la%20regi%C3%B3n.

Conde, M. L. e Jardim, J. M. (2012) Los archivos en el mundo iberoamericano. *Arquivo & Administração*, 12 (1), 19-37. https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/50588

Da Silva Catela, L. (2002) El mundo de los archivos. Da Silva Catela L., Jelin E. (compil.) *Los archivos de la represión. Documentos, memoria y verdad*. Siglo Veintiuno https://www.corteidh.or.cr/tablas/r29766.pdf.

Dijk, F. van, & Fooh, R. T. (2022) The Repatriation of Surinamese Archives from the Netherlands. Em J. Lowry (Ed.), *Disputed Archival Heritage* (pp. 282–303). Routledge. DOI: 10.4324/9781003057765-16

Giraldo, M. L. (2022) *Archivos vivos. Documentar los derechos humanos y la memoria colectiva en Colombia*. Universidad de Antioquia

Gobierno de México (2023) "El Gobierno de México restituye piezas arqueológicas de España al patrimonio cultural" https://www.gob.mx/sre/prensa/el-gobierno-de-mexico-restituye-piezas-arqueologicas-de-espana-al-patrimonio-cultural

Guerra, François-Xavier (1992) *Modernidad e independencia*. Madrid: Mapfre

Gutiérrez Ardila, D. (2016) *La Restauración en la Nueva Granada (1815-1819)*. Universidad Externado de Colombia.

International Council on Archives (2005) *Reference Dossier on Archival Claims*. H. Bastien (comp). https://www.ica.org/resource/reference-dossier-on-archival-claims/

International Council on Archives (1998) *Interdependence of archives: proceedings of the twenty nineth [i.e. twenty ninth], thirtieth and thirty first International Conferences of the Round Table on Archives*: *Mexico 1993, Thessaloniki 1994, Washington 1995*. International Council on Archives.

Kecskeméti, C. (1977) *Archival claims; preliminary study on the principles and criteria to be applied in negotiations*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000029879_fre

López, V. (2 de abril de 2022) "Tesoro Quimbaya: patrimonio que Colombia no ha podido recuperar" *Radio Nacional de Colombia*. https://www.radionacional.co/cultura/historia-colombiana/tesoro-quimbaya-patrimonio-que-colombia-no-ha-podido-recuperar

Lowry, J. (2017) *Displaced Archives*. Routledge. https://www.taylorfrancis.com/books/oa-edit/10.4324/9781315577609/displaced-archives-james-lowry?_ga=1634776840.1713390494&_gl=1*16anf79*_ga*MTYzNDc3Njg0MC4xNzEzMzkwNDk0*_ga_0HYE8YG0M6*MTcxMzM5MDQ5NC4xLjAuMTcxMzM5MDQ5Ny4wLjAuMA..*_gcl_au*ODk0MTMzNDg1LjE3MTMzOTA0OTM.

Lowry, J. (2020) *Disputed Archival Claims: An International Survey 2018/2019. Report to the International Council On Archives. Expert Group on Shared Archival Heritage*. https://www.ica.org/disputed-archival-claims-an-international-survey-2018-2019-is-now-published/

Macedo, L. S. Ascensão de (2021) "Restituir ou partilhar? Arquivos deslocados e a geopolítica de despossessão de bens culturais: em torno do Relatório da EGSAH/CIA", *A Pátria – Jornal da Comunidade Científica de Língua Portuguesa*, 2021, https://apatria.org/sociedade/restituir-ou-

partilhar-arquivos-deslocados-e-a-geopolitica-de-despossessao-de-bens-culturais-em-torno-do-relatorio-da-egsah-cia/

Macedo, L. S. Ascensão de (2024) *Archivos desplazados en América Latina*. [Inédito]

Moran, G. J. (2025) *Informe de respuesta archivos desplazados en América Latina*. [Inédito]

Osorio Sánchez, C. (2022) *Archivos y derechos humanos en Macondo. Tratamiento de los archivos del conflicto armado interno en las políticas transicionales en Colombia (2005-2017)* [Tesis doctoral. Doctorado en historia comparada política y social. Universidad Autónoma de Barcelona]. https://www.tdx.cat/handle/10803/687621#page=1

Pérez Vejo, Tomás. (2003) "La construcción de las naciones como problema historiográfico: el caso del mundo hispánico." *Historia Mexicana 3* (2), 275-311. https://www.redalyc.org/pdf/600/60053202.pdf

Stoler, A. (2010) Archivos coloniales y el arte de gobernar. *Revista Colombiana de Antropología*, 46(2), 465-496. https://doi.org/10.22380/2539472X.1078

Tovar, H. (2009) *Los fantasmas de la memoria. Poder e inhibición en la historia de América Latina*. Ediciones Uniandes.

Vega, M. (8 de marzo de 2024) Conversatorio sobre archivos desplazados. ALA/ICA. https://www.facebook.com/ArchivosALA/?locale=es_LA

Zambrano, M. (2008) *Trabajadores, villanos y amantes: encuentros indígenas y españoles en la ciudad letrada. Santa Fe de Bogotá (1550-1650)*. Instituto Colombiano de Antropología e Historia. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo549411-marta-zambrano-escovar-trabajadores-villanos-y-amantes-encuentros-entre-ind%C3%ADgenas-y-espa%C3%B1oles-en-la-ciudad-letrada-santa-fe-de-bogot%C3%A1-1550%E2%80%931650

Esta publicação é financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UIDB/00019/2020 (https://doi.org/10.54499/UIDB/00019/2020).